



Município do Porto Santo Câmara Municipal



**CONVITE À APRESENTAÇÃO DE PROPOSTAS RELATIVO AO PROCEDIMENTO DE CONCURSO
LIMITADO POR PRÉVIA QUALIFICAÇÃO, COM PUBLICAÇÃO DE ANÚNCIO NO JORNAL OFICIAL
DA UNIÃO EUROPEIA, PARA A AQUISIÇÃO, INSTALAÇÃO, CONFIGURAÇÃO DE
INFRAESTRUTURA TECNOLÓGICA, HARDWARE E SOFTWARE, NO ÂMBITO DO PROJETO
BAIRRO COMERCIAL DIGITAL DO MUNICÍPIO DO PORTO SANTO**

Artigo 1.º

Identificação do concurso

1. O presente concurso limitado por prévia qualificação, com publicação de anúncio no Jornal Oficial da União Europeia, aberto nos termos da alínea a) do n.º 1 do artigo 20.º do Código dos Contratos Públicos (CCP), tem por objeto a aquisição, instalação e configuração de infraestrutura tecnológica, hardware e software, no âmbito do projeto “Bairro Comercial Digital”, promovido pelo Município do Porto Santo – iniciativa inserida no âmbito da Transformação Digital, e bem assim, no Plano de Recuperação e Resiliência (PRR); AVISO N.º 12/C16-I02/2022; Projeto com o número 5396.
2. Para cumprimento do disposto na alínea b) do n.º 2 do artigo 189.º do CCP, refere-se que o concurso foi precedido da publicação do respetivo anúncio no Jornal Oficial da União Europeia, sob o número XXXXXX-2025, publicado no JOUE n.º XXX/2025, de XX de julho de 2025, e da publicação na II Série do Diário da República, n.º XXX, parte L, de XX de julho de 2025, sob o n.º XXXXX/2025.

Artigo 2.º

Entidade adjudicante

1. A entidade adjudicante é o Município do Porto Santo, pessoa coletiva de direito público, com o número de identificação fiscal 511 236 425, com sede à Rua Dr. Nuno Silvestre Teixeira, 9401-909 Porto Santo.
2. Para efeitos de comunicação e tramitação do procedimento, o Município do Porto Santo dispõe dos seguintes contactos:
 - a) Endereço de correio eletrónico geral@cm-portosanto.pt;
 - b) Plataforma eletrónica utilizada: www.acingov.pt;
 - c) Contacto telefónico: 291 980 640.



Município do Porto Santo Câmara Municipal

Convite à Apresentação de Propostas do Concurso Limitado por Prévia Qualificação: Aquisição, instalação, configuração de infraestrutura tecnológica, hardware e software, no âmbito do projeto "Bairro Comercial Digital" do Município do Porto Santo.



Artigo 3.º

Órgão que tomou a decisão de contratar

1. A decisão de contratar foi emitida em **21 de julho de 2025**, por despacho do **Senhor Presidente da Câmara Municipal do Porto Santo, Nuno Filipe Melim Batista**, no exercício das competências delegadas pela **Câmara Municipal**, nos termos do **Edital n.º 50/2021**, publicado nos locais habituais.
2. A referida decisão fundamenta-se no disposto nos artigos 20.º, n.º 1, alínea a), 36.º, 38.º, 40.º, n.º 1, alínea d), e n.º 2, 42.º, 46.º-A, 47.º, 63.º, 67.º, 74.º e 162.º a 192.º do CCP, na redação aplicável à Região Autónoma da Madeira, nos termos do Decreto Legislativo Regional n.º 34/2008/M, de 14 de agosto.

Artigo 4.º

Órgão competente para prestar esclarecimentos

1. A prestação de esclarecimentos necessários à boa compreensão e interpretação das peças do procedimento, bem como a competência para, oficiosamente ou a pedido dos interessados, prorrogar o prazo de apresentação de propostas, é da responsabilidade da Dr. Dinarte Emanuel de Oliveira Silva, Chefe da Divisão de Finanças, Património e Aprovisionamento da Câmara Municipal do Porto Santo.
2. Na ausência da responsável referida no número anterior, esta competência será exercida pelo Presidente da Câmara Municipal do Porto Santo, Nuno Filipe Melim Batista, ou, em caso de impedimento, pelo Vereador que o substitua nos termos legais.

Artigo 5.º

Documentos que constituem a proposta

1. Nos termos e para efeitos do artigo 57.º do CCP, a proposta deve ser constituída pelos seguintes documentos, redigidos em língua portuguesa e assinados¹ pelo concorrente ou por representante com poderes para obrigar, com recurso a assinatura digital qualificada²:
 - a) Documento Europeu Único de Contratação Pública (DEUCP);

¹ A assinatura dos documentos da proposta constitui uma formalidade essencial, cuja falta ou irregularidade implica a exclusão do proponente.

² Os documentos da proposta deverão ser assinados eletronicamente mediante a utilização de certificados de assinatura eletrónica qualificada, sendo que no caso em que o certificado digital não possa relacionar diretamente o assinante com a sua função e poder de assinatura a entidade interessada deverá submeter um documento oficial indicando o poder de representação e assinatura do subscritor.



Município do Porto Santo Câmara Municipal

Convite à Apresentação de Propostas do
Concurso Limitado por Prévia Qualificação:
Aquisição, instalação, configuração de
infraestrutura tecnológica, hardware e
software, no âmbito do projeto "Bairro
Comercial Digital" do Município do Porto
Santo.



- b) Declaração de aceitação do conteúdo do Caderno de Encargos, elaborada em conformidade com o modelo constante do Anexo I do DLR n.º 34/2008/M, de 14 de agosto, na sua redação atual;
 - c) Identificação do (s) representante (s) da concorrente no âmbito da subscrição e/ou apresentação de proposta;
 - d) Documento (s) comprovativo (s) dos poderes de representação do (s) representante (s) do concorrente para efeitos da subscrição e/ou apresentação da proposta³;
 - e) Proposta de preço contratual, não incluindo IVA;
 - f) Quadro de desagregação do preço contratual, que discrimine o preço unitário de cada item identificado no mapa de quantidades constante da cláusula 28.ª do Caderno de Encargos, bem como o correspondente subtotal (preço unitário × quantidade)⁴;
 - g) Memoria descritiva de acordo com as atividades estabelecidas pelo Caderno de Encargos, que evidencie os seguintes aspetos:
 - i. Identificação de todos os trabalhos, serviços e soluções a prestar e descrição dos equipamentos e quantidades incluídas na proposta;
 - ii. Programa de trabalhos, detalhado e estruturado, com o diagrama cronológico (em dias), a sequência de tarefas a realizar e os tempos previstos, devendo ser evidente o prazo de ativação dos serviços e soluções, de entrega de equipamentos, bem como os prazos intermédios associados às atividades previstas no Cadernos de Encargos. O programa de trabalhos deve ser compatível com o prazo global de execução do projeto financiado pelo PRR, que termina a **30 de setembro de 2025**.
 - h) Quando aplicável, declaração sobre o recurso a terceiras entidades para a execução das prestações objeto do contrato;
 - i) Quaisquer outros documentos que o concorrente entenda serem indispensáveis.
2. Todos os preços mencionados na proposta devem ser apresentados com um arredondamento até à segunda casa decimal. No caso de um valor exatamente intermédio, o arredondamento será feito por excesso.

³ Por exemplo, consoante o caso: certidão permanente de registo comercial; procuração; Ata; Ato constitutivo da associação (escritura e estatutos atualizados), cópia certificada das atas de nomeação de órgãos da associação e cartão de contribuinte da entidade;

⁴ Para efeitos de verificação da conformidade da proposta, caso o concorrente apenas apresente os subtotais por item, sem indicação expressa do respetivo preço unitário, considera-se, para todos os efeitos procedimentais, que o preço unitário correspondente será o valor obtido pela divisão do subtotal apresentado pela quantidade indicada no mapa de quantidades constante da cláusula 28.ª do Caderno de Encargos.



Município do Porto Santo Câmara Municipal

Convite à Apresentação de Propostas do Concurso Limitado por Prévia Qualificação: Aquisição, instalação, configuração de infraestrutura tecnológica, hardware e software, no âmbito do projeto "Bairro Comercial Digital" do Município do Porto Santo.



3. Para além dos fundamentos de exclusão previstos no Código dos Contratos Públicos, constitui fundamento para a exclusão da proposta a falta ou invalidade, ainda que parcial, de qualquer um dos documentos exigidos, ao abrigo do disposto na alínea n) do n.º 1 do artigo 146.º, conjugado com o n.º 4 do artigo 189.º do Código dos Contratos Públicos, por se tratar de regra procedimental expressamente prevista no presente convite, sem prejuízo da aplicação do instituto do suprimento de erros ou omissões, nos termos legalmente admitidos.

Artigo 6.º

Apresentação de propostas variantes e negociação

1. Não são admitidas propostas variantes.
2. As propostas apresentadas não serão objeto de negociação.

Artigo 7.º

Prazo da obrigação de manutenção de propostas

O prazo mínimo da obrigação de manutenção das propostas é de 66 dias.

Artigo 8.º

Prazo para a apresentação de propostas

As propostas devem ser submetidas através da plataforma eletrónica www.acingov.pt até às **23h59 do 10.º (décimo) dia** subsequente à data da notificação do presente convite.

Artigo 9.º

Preço anormalmente baixo

1. Para efeitos do disposto no artigo 71.º do Código dos Contratos Públicos, considera-se que apresentam preço anormalmente baixo as propostas cujo valor global seja inferior a **85 % do preço base** fixado para o presente procedimento.
2. A definição do limiar referido no número anterior justifica-se pela necessidade de garantir a boa execução dos serviços, bem como a qualidade da solução e dos equipamentos a fornecer.
3. A entidade adjudicante solicita ao concorrente, por escrito e em prazo adequado, a prestação de esclarecimentos sobre os elementos constitutivos relevantes da proposta, antes de decidir a sua eventual exclusão com fundamento em preço anormalmente baixo.



Município do Porto Santo Câmara Municipal

Convite à Apresentação de Propostas do Concurso Limitado por Prévia Qualificação: Aquisição, instalação, configuração de infraestrutura tecnológica, hardware e software, no âmbito do projeto “Bairro Comercial Digital” do Município do Porto Santo.



4. Na análise dos esclarecimentos prestados, podem ser considerados, designadamente, os seguintes fatores:
- a) Economia do processo de desenvolvimento, de fabrico ou de prestação do serviço;
 - b) Soluções técnicas adotadas ou condições excecionalmente favoráveis de que o concorrente disponha para a execução do contrato;
 - c) Originalidade da solução, dos bens ou dos serviços propostos;
 - d) Condições específicas de trabalho de que o concorrente beneficie;
 - e) Possibilidade de obtenção de auxílio de Estado legalmente concedido;
 - f) Documentos comprovativos da decomposição do preço, incluindo folhas de pagamento e declarações de fornecedores, que atestem a racionalidade económica dos preços apresentados;
 - g) Cumprimento das obrigações decorrentes da legislação em matéria ambiental, social e laboral, nos termos do n.º 2 do artigo 1.º-A do Código dos Contratos Públicos.

Artigo 10.º

CrITÉRIOS de adjudicação e de desempate

1. O critério de adjudicação tem por fundamento legal o disposto na alínea b) do n.º 1 do artigo 74.º do Código dos Contratos Públicos, materializando-se na proposta que traduza o mais baixo preço para a execução de todas as prestações do contrato, a qual terá ainda de observar o preço base fixado no Caderno de Encargos.
2. Em caso de empate de duas ou mais propostas, o desempate será efetuado com base no menor prazo estimado para a execução de todas as prestações do contrato, conforme indicado na proposta. Se o empate subsistir, recorrer-se-á ao sorteio das propostas que se encontrem em situação de empate, nos seguintes termos:
 - a) O júri notifica os concorrentes que apresentaram as propostas submetidas ao sorteio, com uma antecedência mínima de três dias, da data, da hora e do local da sua realização;
 - b) A cada concorrente é atribuído o número correspondente à ordem de entrada da sua proposta e que serviu de base à elaboração da lista dos concorrentes;
 - c) Numa urna são introduzidas as bolas com os números respetivos, procedendo se seguidamente à sua extração;
 - d) Será considerada vencedora a “bola” extraída em primeiro lugar e assim sucessivamente para efeitos de ordenação das demais propostas.



Município do Porto Santo Câmara Municipal

Convite à Apresentação de Propostas do Concurso Limitado por Prévia Qualificação: Aquisição, instalação, configuração de infraestrutura tecnológica, hardware e software, no âmbito do projeto “Bairro Comercial Digital” do Município do Porto Santo.



Artigo 11.º Agrupamentos

1. Em caso de adjudicação a grupo de concorrentes, todos os seus membros devem associar-se, antes da celebração do contrato, sob a forma jurídica de consórcio, em regime de responsabilidade solidária.
2. O contrato de consórcio deve indicar a empresa que exercerá as funções de chefe do consórcio, devendo-lhe ser conferido, no mesmo ato, por procuração, os poderes a que se referem as alíneas a), b) c) e d) do n.º 1 do artigo 14.º do Decreto-Lei n.º 231/81, de 28 de julho, que será o único interlocutor responsável perante a entidade adjudicante.
3. A cópia do contrato de consórcio deverá ser apresentada no prazo de 10 (dez) dias a contar da data de notificação da decisão de adjudicação, através da plataforma eletrónica referida no artigo 2.º.

Artigo 12.º Documentos de habilitação

1. O adjudicatário deverá apresentar, no prazo de dois (2) dias úteis a contar da data de notificação da decisão de adjudicação, e sempre através da plataforma eletrónica identificada, os seguintes documentos de habilitação, devidamente assinados pelo concorrente ou por representante com poderes para o obrigar, com recurso a assinatura digital qualificada:
 - a) Declaração emitida conforme o modelo constante do Anexo II ao Código dos Contratos Públicos, adaptada nos termos do Anexo II-M do DLR n.º 34/2008/M, de 14 de agosto, na redação atualmente em vigor;
 - b) Certidão permanente do registo comercial do concorrente, ou documento equivalente, destinados a identificar os membros dos seus órgãos sociais de administração, direção ou gerência em efetividade de funções;
 - c) Documentos comprovativos de que o adjudicatário não se encontra nas situações previstas nas alíneas b), d), e) e h) do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos⁵;
 - d) Nos termos do **artigo 7.º do DLR n.º 34/2008/M, de 14 de agosto**, na redação introduzida pelo **Decreto Legislativo Regional n.º 1-A/2020/M, de 31 de janeiro**, o

⁵ A prova negativa da condenação por crime profissionalmente desonroso e crimes de participação de participação em organização criminosa, corrupção, fraude ou branqueamento de capitais, é feita através de certificado de registo criminal da empresa e de todos os titulares dos órgãos sociais de administração, direção ou gerência que se encontrem em efetividade de funções.



Município do Porto Santo Câmara Municipal

Convite à Apresentação de Propostas do
Concurso Limitado por Prévia Qualificação:
Aquisição, instalação, configuração de
infraestrutura tecnológica, hardware e
software, no âmbito do projeto "Bairro
Comercial Digital" do Município do Porto
Santo.



adjudicatário está obrigado a fazer prova do cumprimento das obrigações declarativas relativas a rendimentos gerados no território da Região Autónoma da Madeira, mediante apresentação dos seguintes documentos:

- i. Última Declaração de rendimentos (modelo 3 ou modelo 22, este último acompanhado do Anexo C, caso o adjudicatário tenha exercido nesse período atividade na Região Autónoma da Madeira);
 - ii. Última declaração de rendimentos e retenções de residentes (modelo 10 e DMR);
 - iii. Anexo Q da última informação empresarial simplificada (IES);
 - iv. Anexo R da última declaração periódica do IVA.
- e) Quando aplicável, comprovativo de inscrição e das respetivas atualizações no Registo Central de Beneficiário Efetivo RCBE, nos termos da Lei n.º 89/2017, de 21 de agosto, regulamentada pelas Portarias n.º 233/2018, de 21 de agosto, e n.º 200/2019, de 28 de junho;
- f) Identificação do (s) representante (s) do adjudicatário para efeitos de outorga do contrato, incluindo os respetivos documentos de identificação (Cartão de Cidadão ou Bilhete de Identidade e Número de Identificação Fiscal), acompanhados dos documentos comprovativos dos poderes de representação.
- g) Plano de prevenção de corrupção e de infrações conexas, salvo se for uma pessoa singular ou uma micro, pequena ou média empresa, devidamente certificada nos termos da lei, sempre que o valor do contrato a celebrar determine a sua sujeição a fiscalização prévia pelo Tribunal de Contas, nos termos do n.º 9 do artigo 81.º do Código dos Contratos Públicos.
2. O adjudicatário que não preencha as condições legais para apresentar os documentos exigidos na alínea d) do número anterior deverá, **em qualquer circunstância**, apresentar declaração sob compromisso de honra, subscrita por quem o obrigue, indicando expressamente essa situação⁶.
3. Quando o adjudicatário for um agrupamento, os documentos previstos nos números anteriores devem ser apresentados por todos os seus membros.

⁶ A declaração prevista no presente número é necessária em todas as situações em que os documentos apresentados pelo adjudicatário não sejam suficientes para demonstrar, de forma inequívoca e integral, o cumprimento dos requisitos legais. Mesmo que os documentos submetidos contenham elementos de validação, mas não preencham a totalidade das condições exigidas pela legislação aplicável, a apresentação da declaração é imprescindível para assegurar a conformidade procedimental.



Município do Porto Santo Câmara Municipal

Convite à Apresentação de Propostas do
Concurso Limitado por Prévia Qualificação:
Aquisição, instalação, configuração de
infraestrutura tecnológica, hardware e
software, no âmbito do projeto “Bairro
Comercial Digital” do Município do Porto
Santo.



4. Será concedido, a pedido ou oficiosamente, um prazo suplementar de dois (2) dias úteis para supressão de eventuais irregularidades detetadas nos documentos de habilitação apresentados ou para suprimimento da falta dos mesmos.

Artigo 13.º

Confirmação dos compromissos assumidos por terceiras entidades

1. Caso o adjudicatário tenha incluído na sua proposta compromissos assumidos por terceiras entidades com vista ao cumprimento das prestações contratuais, deverá, no prazo de 2 (dois) dias úteis a contar da notificação da decisão de adjudicação, apresentar, através da plataforma eletrónica identificada, documentos que confirmem e comprovem tais compromissos.
2. Quando os compromissos referidos no número anterior correspondam a situações de subcontratação, o adjudicatário deve apresentar, no mesmo prazo, os documentos de habilitação referidos no artigo anterior, relativos à entidade subcontratada, sem prejuízo de outras obrigações legais aplicáveis em matéria de subcontratação.

Artigo 14.º

Caução

1. Nos termos dos artigos 88.º e 89.º do Código dos Contratos Públicos e do disposto no Decreto Legislativo Regional n.º 34/2008/M, de 14 de agosto, na redação atualmente em vigor, a prestação de caução é obrigatória, devendo ser efetuada pelos adjudicatários no montante correspondente a 3% do preço contratual.
2. A caução destina-se a assegurar o cumprimento integral e pontual das obrigações emergentes do contrato, podendo ser prestada por qualquer das modalidades legalmente previstas no artigo 90.º do Código dos Contratos Públicos. O respetivo prazo de vigência, constituição, substituição, reforço e liberação regem-se pelo disposto nos preceitos legais referidos no número anterior, sem prejuízo da aplicação de eventuais regimes excecionais e transitórios de liberação ou redução da caução que estejam em vigor ou venham a ser instituídos.
3. As despesas inerentes à constituição, manutenção e liberação da caução são integralmente suportadas pelo adjudicatário.



Município do Porto Santo Câmara Municipal

Convite à Apresentação de Propostas do Concurso Limitado por Prévia Qualificação: Aquisição, instalação, configuração de infraestrutura tecnológica, hardware e software, no âmbito do projeto “Bairro Comercial Digital” do Município do Porto Santo.



- Os modelos aplicáveis à prestação da caução encontram-se previstos no Anexo Único ao presente regulamento, devendo ser utilizados nos termos e com as formalidades exigidas pela legislação aplicável.

Artigo 15.º

Contrato

- O contrato resultante do presente procedimento será reduzido a escrito e assinado por meios eletrónicos, nos termos dos artigos 94.º e 104.º do Código dos Contratos Públicos.
- A assinatura eletrónica será, em princípio, realizada através da plataforma eletrónica identificada, utilizada para a tramitação do procedimento, mediante aposição de assinatura eletrónica qualificada pelos representantes legais/voluntários das partes.

Artigo 16.º

Encargos

- São da exclusiva responsabilidade dos concorrentes todas as despesas inerentes à preparação, elaboração e apresentação das propostas no âmbito do presente procedimento, independentemente do respetivo desfecho.
- São da responsabilidade dos adjudicatários todos os encargos relacionados com a celebração e execução do (s) contrato (s), incluindo os relativos a eventuais reconhecimentos, assinaturas eletrónicas, submissão de documentos e demais formalidades contratuais.

Artigo 17.º

Legislação aplicável

Ao presente concurso aplica-se o Código dos Contratos Públicos, o DLR N.º 34/2008/M, de 14 de agosto, e a demais legislação avulsa.



Município do Porto Santo Câmara Municipal

Convite à Apresentação de Propostas do Concurso Limitado por Prévia Qualificação: Aquisição, instalação, configuração de infraestrutura tecnológica, hardware e software, no âmbito do projeto "Bairro Comercial Digital" do Município do Porto Santo.



ANEXO ÚNICO Modelos de Caução

[a que se referem o n.º 4 do artigo 14.º do presente programa]

Garantia Bancária / Seguro-Caução N.º ...

1. Em nome e a pedido de (identificação do adjudicatário, incluindo firma, número de identificação fiscal e sede), o(a) (identificação da instituição bancária ou seguradora) presta a favor do Município do Porto Santo uma garantia bancária / seguro-caução, autónoma e incondicional, à primeira solicitação, no montante de ... € (*por extenso*: _____ euros), correspondente a 3% do valor contratual, destinada a garantir o exato e pontual cumprimento das obrigações legais e contratuais assumidas pelo adjudicatário relativamente ao contrato de aquisição de bens designado por "Aquisição, instalação, configuração de infraestrutura tecnológica, hardware e software, no âmbito do projeto "Bairro Comercial Digital" do Município do Porto Santo".
2. Nos termos desta garantia bancária / seguro-caução, o(a) (instituição bancária ou seguradora) obriga-se, à primeira solicitação do Município do Porto Santo, a proceder ao pagamento do montante referido, sem necessidade de qualquer justificação ou comprovação por parte do Município do Porto Santo, não podendo invocar, em seu benefício, quaisquer meios de defesa relacionados com o contrato ou com o cumprimento das obrigações do adjudicatário.
3. O pagamento do montante garantido será efetuado no primeiro dia útil seguinte ao da solicitação do Município do Porto Santo. Caso o pagamento não seja realizado dentro desse prazo, acrescerão juros moratórios calculados à taxa mais elevada praticada pelo(a) (instituição bancária ou seguradora) para operações ativas, sem prejuízo da imediata execução da garantia prestada.
4. A presente garantia bancária / seguro-caução não pode, em nenhuma circunstância, ser denunciada, mantendo-se em vigor até à sua extinção nos termos legalmente previstos, nos termos do Código dos Contratos Públicos.

[Local], [data] [Assinatura do representante legal da instituição bancária ou seguradora]



Município do Porto Santo Câmara Municipal

Convite à Apresentação de Propostas do
Concurso Limitado por Prévia Qualificação:
Aquisição, instalação, configuração de
infraestrutura tecnológica, hardware e
software, no âmbito do projeto "Bairro
Comercial Digital" do Município do Porto
Santo.



Depósito em dinheiro ou em títulos

1. Em nome e a pedido de (identificação do adjudicatário, incluindo firma, número de identificação fiscal e sede), o(a) (instituição bancária ou entidade depositária) declara que foi efetuado nesta instituição, a favor do Município do Porto Santo, um depósito em dinheiro/títulos no valor de ...€ (*por extenso: _____ euros*), correspondente a 3% do valor contratual, destinado a garantir o exato e pontual cumprimento das obrigações legais e contratuais assumidas pelo adjudicatário relativamente ao contrato de aquisição de bens designado por "Aquisição, instalação, configuração de infraestrutura tecnológica, hardware e software, no âmbito do projeto "Bairro Comercial Digital" do Município do Porto Santo".
2. Nos termos deste depósito, o(a) (instituição bancária ou entidade depositária) obriga-se a proceder ao pagamento do montante referido, à primeira solicitação do Município do Porto Santo, sem necessidade de justificação do pedido e sem que o adjudicatário possa invocar quaisquer meios de defesa relacionados com o contrato ou com o cumprimento das obrigações assumidas.
3. O pagamento do montante garantido será efetuado no primeiro dia útil seguinte ao da solicitação do Município do Porto Santo. Caso o pagamento não seja realizado dentro desse prazo, acrescerão juros moratórios calculados à taxa mais elevada praticada pelo(a) (instituição bancária ou entidade depositária) para operações ativas, sem prejuízo da execução imediata do montante depositado.
4. A presente caução não pode, em nenhuma circunstância, ser denunciada ou levantada sem autorização expressa do Município do Porto Santo, mantendo-se em vigor até à sua extinção nos termos legalmente previstos, de acordo com o Código dos Contratos Públicos.

[Local], [data] [Assinatura do representante legal da instituição bancária ou seguradora]